

PAULUS Social

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Ano 3 – Nº 9/2021

EDIÇÃO
ESPECIAL
SOBRE A
PÓS-GRADUAÇÃO

 FAPCOM
Faculdade Paulus de Comunicação

ASSISTÊNCIA SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA

A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO CIENTÍFICA ALIADA
A PROPOSTAS DE SOLUÇÕES.

• FAPCOM

CONHEÇA A PÓS-GRADUAÇÃO
EM GESTÃO E SERVIÇOS DO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (SUAS).

• QUEM FAZ O SUAS ACONTECER

CONFIRA OS RESULTADOS ACADÊMICOS
DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
GESTÃO E SERVIÇO DO SUAS.


PAULUS

TEORIA E PRÁTICA



Nesta edição especial, a Revista PAULUS Social se debruça sobre os resultados acadêmicos mais recentes da pós-graduação em Gestão e Serviços do Sistema Único de Assistência Social: ampliamos a sessão “Quem Faz o SUAS Acontecer” para conhecermos cinco dos trabalhos de conclusão elaborados pelos alunos da terceira turma, que transcorreu entre os anos de 2020 e 2021.

As diversas problemáticas debatidas pelos artigos mostram não apenas um recorte da pluralidade de temas de pertinência da Assistência Social, mas também destacam a necessidade constante da reflexão qualificada e científica para que essas vulnerabilidades se encaminhem para alguma proposta de resolução.

Apresentamos aqui versões resumidas destas pesquisas, que tratam de temas como encarceramento feminino, escuta qualificada, gestão territorial do SUAS, demandas da população LGBTQIA+ e o processo de desacolhimento institucional por maioridade.

Além disso, a matéria de capa desenha um retrato mais amplo da pós-graduação, conversando com os alunos formados e com as professoras do curso de Gestão do SUAS, a fim de obter um panorama de resultados desses últimos anos, bem como de perspectivas para o porvir.

Boa leitura!



ISSN 2596-2264

A PAULUS Social é uma publicação da Assistência Social PAULUS, responsável pelos Programas de Assessoramento e Serviços de Convivência da Pia Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS

Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral

Pe. Valdecir Pereira Uveda

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Coordenador de Assistência Social

Alessandro Tiezzi

Gerente de Marketing

João Paulo da Silva, ssp

Coordenador de Marketing

Samuel Lima

Direção de arte

Thiago Lúcio

Comissão de publicação

Alessandro Tiezzi, Coordenador de Assistência Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação

Thiago Gomes

Reportagem

Alberto Nascimento Filho

Edição de texto

Alberto Nascimento Filho

Revisão

Lídia Kogawa

Colaboradores

Adriana dos Santos
Amanda Aparecida Costa
Ana Lucia Souza da Silva
Ana Maria Pereira de Brito
Barbara Simões da Silva
Celina Mara Araújo Maranhão
Celmar Brito de Sousa
Débora Campos Doretto
Edlene Teixeira Silva
Elaine Contão Yamane
Fernanda Budag
Fernanda Ragonha Ribeiro
Italo Rânifer S. Baptista
Janete Alves Moreira Cirino
Kenia de Lima Sales
Leandro Laurentino da Silva
Luciana Ferreira Ribeiro
Mariana Caroline da Silva Pinto

Marilene Aparecida Moreira Maciel

Paulo Felix Pinheiro

Rafael Vieira Pires do Nascimento

Ricardo Kaiserlian de Figueiredo

Roberta Beatriz Cirillo Attene

Samara Xavier

Selma do Amaral

Silmara A. Alves Souza da Silva

Simone Ferreira da Silva Santos

Sonia Kelly Vieira da Silva

Thais Nascimento Bitencourt

Edição somente digital

Contato

Assistência Social PAULUS

Tel.: 5081-7420

social.com@paulus.com.br

paulus.org.br

Fotos: Banco de imagens

iStock, Freepik e Instagram

Sumário



Capa

Assistência social:
teoria e prática

4

10

Quem faz o SUAS acontecer

Mulheres em cárcere
e políticas públicas



Quem faz o SUAS acontecer

Os desafios do desacolhimento
institucional por maioria

14

18

Quem faz o SUAS acontecer

A importância da escuta
qualificada como metodo-
logia para o protagonismo
e a autonomia



Quem faz o SUAS acontecer

Os desafios dos
profissionais do SUAS
frente à demanda da
população LGBTQIA+

22

28

Quem faz o SUAS acontecer

Gestão territorial
no SUAS: Limites
e possibilidades



ASSISTÊNCIA SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA

A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO CIENTÍFICA ALIADA A PROPOSTAS DE SOLUÇÕES.

A pós-graduação em Gestão e Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertada pela FAPCOM (Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação) desde 2016, segue sua trajetória de qualidade ascendente com o início da sua quarta turma no segundo semestre de 2021. Nestes cinco anos de existência, o curso *Lato Sensu* já formou 118 trabalhadores do SUAS e produziu 32 artigos que se debruçaram sobre os desafios cotidianos da execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Parte do corpo docente fala um pouco sobre os objetivos da pós-graduação:

A professora Samara Xavier - mestra em Serviço Social pela PUC -SP -fala sobre o papel social deste curso de especialização focado na gestão do SUAS. "A política nacional de assistência social demanda atrelar a teoria à prática. Isso significa que vamos olhar para o cotidiano a partir da lente da teoria, de análises conceituais que ajudem a explicar e a compreender a realidade vivida, a realidade vigente. Não existe teoria sem prática e não existe prática sem teoria, e ter isso como base é uma das magias dessa pós-graduação da PAULUS. Eu luto contra uma ideia de dicotomia entre a teoria e a prática, aquela fatídica frase 'uma coisa é a teoria, outra coisa é a prática'. Isso é uma inverdade, porque não existe uma dicotomia entre teoria e prática. Só existe teoria porque há pessoas analisando a re-

alidade e quando eu paro para analisar a realidade eu quero qualificar, melhorar, potencializar e desbravar novos caminhos na minha prática profissional. Uma pós-graduação que qualifique trabalhadores do SUAS rompe com essa dicotomia."

Fernanda Budag – doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, pós-doutora em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP e atual coordenadora do programa de pós-graduação da FAPCOM – observa a importância do processo de especialização, do refinamento do saber e da atuação profissional. "Para além do *status* da titulação, a pessoa que cursa uma especialização em determinada área de interesse vai afunilando seu saber. Às vezes um interesse pessoal específico despertado no dia a dia, às vezes uma exigência que a atuação no mundo do trabalho vai te exigindo. Falando mais especificamente da pós-graduação em Gestão

“ Não existe teoria sem prática e não existe prática sem teoria, e ter isso como base é uma das magias dessa pós-graduação da PAULUS. ”

e Serviços do SUAS, o grande benefício para o aluno ao realizar esse curso é conquistar uma qualificada especialização numa área bastante específica, seja quem já atua ou quem pretende atuar na assistência. Principalmente se for alguém que não fez o curso de graduação em Serviço Social. Por exemplo, temos alunos que são psicólogos e que atuam junto ao SUAS, essa pessoa vai continuar usando a sua expertise da Psicologia. Vai continuar atuando como



psicólogo, mas vai trabalhar particularmente junto ao sistema, seja qual for o cargo que ela ocupe na política de assistência social nos setores públicos ou privados, ela precisa conhecer as especificidades do SUAS. O curso vai ajudar ela nisso. E é aquela máxima: aquisição de conhecimentos nunca é demais, o que tu aprendeu é teu, ninguém te tira.”

Marilene Aparecida Moreira Maciel, que concluiu a pós-graduação em 2019, concorda com essa relevância do acesso à informação especializada: “É de extrema importância para que se tenha o conhecimento aprofundado sobre o funcionamento da política de assistência social. Destaco um fator fundamental da pós que é a possibilidade de compreender sobre como funciona a gestão financeira e orçamentária do SUAS. Assunto extremamente importante e pouco discutido.” Rafael Vieira Pires do Nascimento concluiu a pós em 2021, complementa: “A pós preconiza o investimento no profissional do SUAS, passando a reconhecê-lo dentro de sua especificidade e investindo na formação profissional e consolidação de propostas que perpassam a assistência social atingindo o próprio cerne da declaração universal dos direitos humanos. Indubitavel-

mente é uma etapa de suma relevância para a assistência e um marco no que tange à valorização neste campo de atuação.”

A elaboração de um processo formativo eficaz depende tanto da disposição de quem aprende quanto da experiência de quem ensina. Nesta relação, é igualmente importante que ambas as partes se observem como iguais no processo da construção do saber. Rafael compartilha um pouco da sua experiência com os professores. “Foi um privilégio conhecer o corpo docente desta pós. Afirmo sem pestanejar que são profissionais que não apenas dominam seus saberes, mas que são referências de atuação, símbolos de lutas e conquistas e que além de tudo se tornaram pessoas com quem posso contar como parceiros de atuação e rede. Concomitante a estes profissionais formidáveis, tínhamos os alunos de diversas origens e características. Foi renovador poder sentir o entusiasmo de uma turma que não esmaeceu durante o decorrer do curso, e sim se fortaleceu enquanto equipe e continua até hoje. Tenho extremo carinho ao descrever minhas experiências junto de todos, que hoje

CAPA

são referências em diversos segmentos da assistência social, em diversos campos de conhecimento, prontos para colaborar com o que puderem.”

Marilene concorda e acrescenta: “Tivemos professores e professoras incríveis durante todo o processo. As aulas eram planejadas e proporcionavam muitas trocas enriquecedoras. Para além da formação, o SUAS me encorajada a lutar com unhas e dentes para fazer valer o sistema de garantia de direitos, com muito senso crítico e engajamento político.”

“Eu comecei a lecionar na terceira turma”, recorda Samara. “Quando eu paro para pensar na relação docente/discente, eu tenho uma orientação freirianiana, ou seja, a minha relação com os educandos é uma relação dialógica, horizontal e respeitosa, então sei que meu lugar nessa relação é de mediadora, é de provocadora, é de estimular, é de fazer refletir, é de construir essa reflexão junto com eles. Além de tudo, construir uma relação que não separe com autoridade o professor do aluno. Na minha posição de mediadora eu tenho a função de provocar a construção de uma consciência crítica. A sala de aula, como eu costumo dizer pros discentes, é um solo sagrado. É o lugar da construção, do conhecimento, do respeito, da alteridade, do cuidado e da solidariedade! Eu amo me relacionar com os discentes e amo perceber que a insistência em uma relação dialógica horizontal faz com que eu tenha amigos além de alunos, gente que se preocupa mesmo e se cuida, seguindo juntos e lutando por um mundo melhor.”

“A FAPCOM tem muito forte na sua missão essa articulação entre a academia e a prática no mundo do trabalho”, destaca Fernanda Budag ao comentar sobre a composição do corpo docente: “Todos os cursos da instituição,

bem como o curso de pós-graduação em Gestão do SUAS, precisam seguir e responder a essa premissa. Portanto, a gente procura ter um equilíbrio entre esses pilares: a academia e o mundo do trabalho. A gente sempre opta por professores mestres e doutores para responder a essa parte acadêmica, então, pessoas com uma consolidada produção de conteúdo na área. São professores também experientes em sala de aula, para manter essa excelência didática; docentes inseridos nessas discussões educacionais. Estamos sempre tentando avançar, melhorar, aprimorar, então esses professores têm essa preocupação. Claro, são também professores com experiência prática no âmbito da política pública de assistência social, com o conhecimento e reconhecimento advindos das suas ocupações enquanto gestores, diretores, consultores, e, portanto, atualizados em virtude dessa atuação ainda em exercício.”

Rafael sinaliza como essa missão fornece uma experiência pedagógica qualificada, que combina uma boa base acadêmica com conhecimento prático, e influencia os alunos. “O impacto ocorre desde um acervo bibliográfico que subsidiou o enriquecimento teórico mesmo antes do início da pós, assim como durante o seu desenvolvimento. A retomada de marcos essenciais da assistência de uma perspectiva sociocultural, assim como a discussão sobre temas cotidianos, enriqueceu práticas de praxe, tornando-as mais elaboradas e planejadas, com objetivos mais claros e distintos. Nos tornamos mais ambiciosos também, pois sinto que passamos a almejar gradualmente mais e mais, conforme percebemos nossa potencialidade enquanto coletivo que vinha se formando ali. O arcabouço teórico endossou a interlocução entre a rede socioassistencial, na disseminação do que é o SUAS

“ A FAPCOM tem muito forte na sua missão essa articulação entre a academia e a prática no mundo do trabalho”, destaca Fernanda Budag.



ma Único da Assistência Social, procurando contemplar essas mudanças legais também. Acho que essa reformulação da matriz é a principal questão em perspectiva para o futuro do curso. Junto disso vem também uma consolidação do formato e da abordagem do TCC. A consolidação do TCC ajudará os alunos a pensar de maneira aprofundada, embasada e crítica cada situação que desejarem estudar, visando sempre um amadurecimento nos programas, projetos e serviços na assistência social em andamento. Colocar em prática, pensar e analisar tudo isso que já existe, até conseguirem propor mudanças no cenário da vida concreta.”

Por fim, Marilene sinaliza a gratidão com o processo formativo e as oportunidades concedidas. “Gostaria de reforçar a importância da oferta de bolsas de estudos. Eu, uma mulher negra (de pele clara) vim de uma família em que as alternativas de trabalho das mulheres eram o serviço doméstico. Praticamente todas as mulheres da minha família tiveram ou têm experiência neste contexto. Para quem é da periferia, fazer um curso superior é muito difícil, pós-graduação então!? Mesmo atuando profissionalmente, é muito difícil conseguir arcar com todos os custos que uma pós-graduação exige. Sou muito grata pela oportunidade que recebi da FAPCOM/PAULUS, que possibilitou que mulheres como eu pudessem mergulhar ainda mais nos estudos e mudar o rumo da sua

história. Desejo que cada vez mais este caminho seja percorrido por mais pessoas, principalmente com o foco voltado ao público entendido como minorias sociais. Que nós sabemos que de minoria não tem nada né! Somos muitos, somos diversos, somos abundantes.”

Rafael também faz a sua avaliação da experiência “A pós em si, além de todos os apontamentos feitos até então, trouxe a possibilidade de nos fortalecermos enquanto um coletivo que luta pela efetivação dos direitos. Também sou agradecido por ter tido a possibilidade de crescer ao lado de pessoas que hoje são referências na minha vida, que posso contar diariamente, seja para buscarmos objetivos em comum, enfrentarmos turbulências como a pandemia da Covid-19 ou celebrarmos nossas conquistas juntos. Utilizo-me deste ínfimo gesto para agradecer a todos estes que tornaram nosso crescimento possível e

que se tornaram grandes amigos. Para o grupo que formamos para o desenvolvimento do artigo, careço de palavras que retratem como foi épico este processo, que gerou e ainda gera momentos únicos que fazem a diferença. São lideranças que querem fazer acontecer e estaremos à disposição para tudo que pudermos construir juntos.”

“
Somos muitos,
somos diversos,
somos
abundantes.”
”



CURSOS DE EXTENSÃO

FAPCOM



**COMUNICAÇÃO,
FILOSOFIA e
TECNOLOGIA**

**Seja comunicador de um novo tempo.
Faça FAPCOM.**

Inscreva-se em fapcom.edu.br



FAPCOM

**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**

MULHERES EM CÁRCERE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Por Ana Lucia Souza da Silva
Edilene Teixeira Silva
Janete Alves Moreira Cirino
Kenia de Lima Sales
Simone Ferreira da Silva Santos



A partir da escolha desse tema, por meio de pesquisa bibliográfica analisamos a questão da mulher em cárcere e as políticas públicas vigentes no Brasil, voltadas a assegurar a garantia dos direitos de cidadania a essa população. Aborda-se o histórico do sistema carcerário, sua origem e seu desenvolvimento no Brasil a partir do código penal e suas regulamentações. Desse modo, apresentam-se dados quantitativos, que permitiram traçar o perfil da população carcerária feminina no contexto brasileiro, com recorte no Estado de São Paulo de acordo com os últimos relatórios do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

A partir das perspectivas das políticas públicas para esse gênero da população, abordam-se as políticas sociais de atenção à mulher em cárcere e egressa no que se refere às legislações vigentes no país. Ainda no tocante aos direitos humanos, discorre-se a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos acordos internacionais nos quais o Brasil é signatário para a garantia de direito da população carcerária.

Neste contexto, na conjuntura nacional das unidades prisionais, na ausência de efetividade das normas vigentes para a população carcerária, a atuação de movimentos de defesa contra a violação de direitos ao apenado torna-se relevante frente aos debates de construção e efetivação das políticas públicas.

AS PRISÕES: CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Na idade antiga, não havia um código de regulamentação social efetivo, foi um período marcado por formas violentas de punição. Na Idade Média, o sistema era feudal, com inserção de preceitos religiosos, sendo o cárcere mantido em custódias, com aplicação de castigos corporais, pois inexistia uma arquitetura específica. Na contemporaneidade, as transformações do modelo de organização social feudal transitaram para a constituição do Estado moderno, período em que o cárcere guardava os corpos dos condenados até a aplicação do castigo. No século XVIII, o sistema foi modificando em defesa da vida, sob a lógica de pena privativa de liberdade, como forma efetiva de controle social.

O SISTEMA PENITENCIÁRIO NO BRASIL

No indicativo do perfil da população carcerária, os dados do INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias registraram, em 2017, um quantitativo de 726.3 mil pessoas privadas de liberdade no Brasil. A faixa etária predominante apontou mulheres entre 25 e 29 anos, solteiras, com dois filhos e, quanto à etnia, a maior parte é negra. Em relação à escolaridade a maioria não concluiu o ensino fundamental. O principal tipo penal está relacionado ao crime de drogas, sem violência ou grave ameaça.

Em pesquisa realizada pelo DEPEN, os dados do Estado de São Paulo apontaram que no ano de 2016 havia cerca de 40.970 mulheres aprisionadas. Já no ano de 2017 eram 37.830. Acredita-se que essa redução se deu após a aplicação da Lei Nº 13.257/16 (Marco Legal da Primeira Infância), que alterou o código penal trazendo alternativas para a prisão. Segundo INFOPEN 2017, o Estado de São Paulo é o que mais encarcera mulheres. Por outro lado, é importante compreender que esses dados estão relacionados a uma série de questões sociais, econômicas e culturais que colocam essas mulheres nesse processo de vulnerabilidade social.

Durkheim (1963) afirma que um fato social corresponde a fatores sociais relacionados a regras e valores, norma de conduta social a qual os indivíduos devem agir de acordo com os padrões culturais, nessa direção um fato não está dissociado da realidade a qual elas vivenciam, desse modo Durkheim pontua:

Um fato social não pode, portanto ser dito normal, uma espécie social determinada, não ser em relação a uma fase, igualmente determinada, de seu desenvolvimento, em consequência, para saber se ele tem direito a essa denominação, não basta observar sob que forma ele se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a essa espécie, é preciso também ter o cuidado de considerá-las na fase correspondente à sua evolução. (DURKHEIM,1963, p.60).



Foto: Freepik

Conforme supracitado, o histórico do sistema prisional brasileiro é marcado por desafios e avanços. Para efetivação e garantia de direitos, temos as políticas sociais com a finalidade de atender as demandas da população. No que tange às mulheres egressas, essas políticas também atendem seus dependentes com a centralidade da família na oferta da proteção social. Algumas dessas principais políticas públicas são: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS 1993, Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, Política de Atenção Integral à Saúde Integral da Mulher – PNAISM 2004, Sistema Único de Assistência Social – SUAS 2005, Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE, Portaria Interministerial nº 210/2014, Convive - Política da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Deliberação CSDP nº 291, de 14 de fevereiro de 2014.

DIREITOS HUMANOS E MULHERES

Ao longo do desenvolvimento histórico, a humanidade foi capaz de atos de grande barbárie, causadores de muita destruição e sofrimento. Apesar da existência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e regras específicas de Bangkok, além de outras modalidades de direito, expressos em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, quando se analisa o sistema prisional feminino brasileiro, é possível verificar que as mulheres apenas têm sofrido constantes violações de direitos já garantidos. Assim sendo, é imprescindível que o Estado atue de forma efetiva, com o objetivo de que sejam assegurados os direitos humanos das mulheres encarceradas.

Dessa forma, a conjuntura nacional e a política do sistema prisional no Brasil são acentuadas com violência e massacre. Temos historicamente movimentos sociais e coletivos que fazem defesa de direito à população carcerária, como por exemplo, a Pastoral Carcerária, Instituto Terra Cidadania e Trabalho (ITTC), Co-nectas Direitos Humanos, entre outros que atuam no enfrentamento às violações de direitos humanos. No que se refere às políticas públicas realizadas pelo Estado, elas permitem compreender a ação pública em prol da qualidade de vida da população e garantir a efetivação dos direitos humanos. Entretanto, fica evidente a violação de direito inclusive da população carcerária, que está sob custódia do Estado. Consideram, contudo, uma política penal menos repressiva centrada no caráter ressocializador, desencarcerador e articulado com as redes de proteção intersetorial.

Dentre os instrumentos normativos existentes na legislação voltada para especificidade da mulher em cárcere, ressalta-se a importância de promover registros e sistematização dos dados, desde o momento da prisão até o ingresso no sistema prisional, com medidas que contemplem as necessidades das mulheres e de seus filhos (as) no sistema penal e aplicação de normas vigentes desde as audiências de custódias até o tipo de pena estabelecida priorizando a prisão preventiva pela domiciliar.



Foto: iStock

CÁRCERE NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Considerando a atualidade, em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia mundial, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Com várias medidas restritivas para diminuir o contágio entre os continentes, foram realizadas recomendações da OMS – Organização Mundial da Saúde – e, posteriormente, do Ministério da Saúde, com objetivo de conscientizar a população. Conforme nota técnica publicada pelo DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional –, foram suspensas às visitas nas unidades prisionais e atividades laborais entre outras medidas de combate e prevenção contra a Covid-19. Para a região Sudeste, foi desenvolvido o Projeto Conexão Familiar que estabelece comunicação do preso com sua família por meios eletrônicos.

Durante a pesquisa, percebemos a escassez e a ineficiência da efetivação das políticas sociais voltadas para as mulheres em cárcere e egressas, o que nos leva a considerar um desinteresse do Estado em implementar estratégias para as políticas públicas que atendam essa população. Considerando os objetivos e metas de promoção e articulação intersetorial para aprimoramento da PNAM-PE, não há clareza ou recomendação da articulação da política de assistência social com o sistema prisional no período de custódia da mulher em cárcere; apenas recomendação de atendimento para acesso as ofertas do SUAS aos dependentes e egressos.

Embora existam políticas públicas normativas que tratam do encarceramento em massa, o Brasil ainda precisa avançar, pois se verifica a falta de aplicabilidade para a efetivação dessas políticas e um aumento expressivo do aprisionamento feminino. O país historicamente tem um caráter punitivo em relação às pessoas encarceradas e com isso comete várias violações de direitos.

Portanto, é de suma importância implantar programas e projetos de reinserção social na perspectiva de reintegrar essa população na sociedade, considerando as possibilidades de penas alternativas e cumprimento de outras modalidades de regime. O aumento da taxa de aprisionamento das mulheres reflete a desigualdade social, de gênero e racial. No apontamento do perfil das mulheres em cárcere, em geral, são mulheres que cometeram crimes relacionados ao tráfico de drogas, com baixa periculosidade.

Dessa forma, é dever do Estado garantir à mulher em cárcere condições dignas de sobrevivência, para o cumprimento da pena privativa de liberdade, quando não for possível o cumprimento em outro regime. Contudo, entendemos que este é um tema complexo e inesgotável de investigação e análise, bem como um campo que necessita estar na agenda de todas as políticas públicas.

*As referências bibliográficas podem ser lidas no trabalho completo.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

OS DESAFIOS DO DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL POR **MAIORIDADE**

Por Adriana dos Santos
Fernanda Ragonha Ribeiro
Italo Rânifer S. Baptista
Leandro Laurentino da Silva
Luciana Ferreira Ribeiro
Selma do Amaral
Sonia Kelly Vieira da Silva
Thais Nascimento Bitencourt



A escolha do problema foi definida a partir das discussões sobre a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários que o jovem acolhido sofre e também os problemas que os jovens que passam anos em instituições de acolhimento enfrentam ao chegar à idade adulta, que é quando deveriam ser obrigatoriamente desacolhidos, mas acabam sem perspectiva de retorno à família de origem ou da inserção em uma família substituta, por tratar-se de adoção tardia.

O objetivo geral teve como base analisar as problemáticas que possivelmente atravessam o processo de desligamento obrigatório por maioria civil, visando a uma reflexão crítica acerca dos direitos previstos nos marcos normativos e regulatórios vigentes no país em relação às problemáticas encontradas no próprio processo de acolhimento tendo em vista o desacolhimento por maioria.

Neste artigo discorremos sobre uma série de vulnerabilidades que permeiam o desenvolvimento do jovem dentro da instituição até seu desligamento por maioria civil. A pesquisa rompe com a culpabilização e ultra responsabilização das famílias dos acolhidos. Observando o paradigma dos sujeitos de direitos da Constituição Federal de 1988, que põe o Estado brasileiro como garantidor da vida e das relações sociais.

Por meio de revisão bibliográfica, buscou-se compreender os desafios envolvidos no desacolhimento por maioria civil. É possível ler um breve contexto histórico sobre os serviços de acolhimento e o olhar para o desacolhimento e sobre o perfil dos acolhidos, levando em consideração dados da atualidade e do contexto histórico desta categoria. Em seguida, tratamos do papel da família e da comunidade, como espaço que recebe este jovem em desacolhimento, abordando as problemáticas envolvidas nesse contexto. Por fim, a rede e o olhar técnico

do profissional constroem a atuação pautada nos documentos norteadores e salientam os atravessamentos que dificultam estes fazeres.

A reflexão sobre as problemáticas do desacolhimento por maioria civil, começa pelo retorno à história recente das nossas políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Com isso, partimos da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (NBEM), executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964. Segundo Albuquerque (2016), ela tinha um caráter assistencialista e tratava a situação de pobreza como questões judiciais e moralistas. A criança e o adolescente de famílias pobres eram tratados como “menor” e vistos com potencial para a delinquência, porque o paradigma minorista enxergava a pobreza como uma questão meritocrática, patológica e criminal.

De acordo com Silva (2011), a situação do acolhimento institucional antes da Constituição Federal de 1988 tinha uma trajetória caritativa religiosa e os que eram abrigados eram considerados ‘problemas sociais’, o que perdurou por séculos. Albuquerque (2016) ressalta que essa situação se tornou pauta nos movimentos sociais da segunda metade do século XX e as discussões sobre a temática resultaram na Comissão Nacional da Criança e Constituinte (1986). Após o período da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal, crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como cidadãos com direitos, contemplando, a partir daí, a ideia de proteção integral.

Ainda que o cenário do século XXI seja de avanços legais, crianças e adolescentes não estão efetivamente contemplados na proteção integral. Com base no número de crianças no trabalho infantil, que ultrapassa 1,7 milhão, 66,1% são pretos ou pardos (IGBE, 2020). Além da cor da pele, demais fatores envolvendo gênero, idade, deficiência, família e comunidade

“ Ainda que o cenário do século XXI seja de avanços legais, crianças e adolescentes não estão efetivamente contemplados na proteção integral. ”

estão entre as principais categorias de enfrentamento no cotidiano desses atores sociais. O retorno à família de origem ou extensa é priorizado pelas normativas brasileiras, no entanto, nem sempre o adolescente acolhido é reintegrado à família de origem ou colocado em uma família substituta por meio da adoção, pois, de acordo com Rúbio (2018), existem obstáculos inseridos nessa dinâmica do desabrigoamento, como por exemplo, o

“ O desacolhimento por maioria é um processo permeado por problemáticas que contribuem com as situações de insegurança e angústias na vida desses jovens. ”

“perfil dos jovens” que não correspondem ao perfil desejado pela maioria dos pretendentes à adoção.

Frente a essa realidade, o Caderno de Orientações Técnicas (2009) pontua que é importante buscar uma articulação entre os serviços de acolhimento, a Justiça e a rede das diversas políticas públicas visando possíveis encaminhamentos para adoção internacional, inclusão em programas de apadrinhamento afetivo, preparação para o desligamento em razão da maioria e acompanhamento no período pós-desligamento. Ou seja, atualmente existem políticas estruturadas que evidenciam o rompimento da cultura assistencialista e violadora do passado, que trazem orientações coerentes acerca do serviço como primazia para o trabalho com os acolhidos, colocando a família como protagonista de sua história e evidenciando que toda criança tem o direito de ter os mínimos necessários para ter seu pleno desenvolvimento, ou mesmo o direito básico de conviver no seio familiar e comunitário.

As considerações finais do presente trabalho apontam que as problemáticas que envolvem o processo de desacolhimento por maioria civil estão marcadas pelo contexto histórico de caráter assistencialista que ainda permeia olhar sob os serviços de acolhimento e conseqüentemente sob o estigma da “família pobre”. Uma problemática é o fato de que milhares de crianças e adolescentes que não retornam à família de origem/extensa, em grande parte não são adotados, por causa das exigências do perfil dos adotantes. A cor da pele, o gênero, a idade, algum tipo de deficiência, a família e a comunidade influenciam na escolha da adoção e esses fatores corroboram com as longas permanências des-

ses indivíduos dentro dos serviços de acolhimento. Moralismos materializados em modos de ser que evidenciam outra problemática para a desinstitucionalização de crianças e jovens, o racismo institucional.

Outro tópico importante dessa pesquisa é o papel da equipe dentro do Serviço de Acolhimento Institucional, onde se observou as dificuldades de pensar estratégias para o desacolhimento por maioria que proporcione experiências ao jovem no território e na comunidade, motivando a participação do acolhido nas decisões de seu interesse e potencializando a autonomia desse indivíduo, visto a iminente saída do serviço. No trabalho dentro do serviço de acolhimento, a parte técnica apesar de ter sua execução pautada pelo Caderno de Orientações Técnicas (2009), traz como primazia o retorno do acolhido à sua família de origem e em casos específicos, para a família extensa ou adotiva, mas acabam encontrando dificuldades de pôr em prática o que diz as normativas vigentes. As pesquisas realizadas apontaram a carência de políticas públicas que garantam aos jovens a possibilidade de exercer plenamente sua cidadania. As problemáticas inerentes ao trabalho em rede com o Sistema de Garantia de Direitos, começam quando esses atores não possuem seus papéis definidos. Não buscam ações conjuntas que possam evitar ou amenizar as demandas existentes no trabalho com os acolhidos durante o período institucional ou após o desacolhimento por maioria.

Por fim, o desacolhimento por maioria é um processo permeado por problemáticas que contribuem com as situações de insegurança e angústias na vida desses jovens. Como apontado na pesquisa, pela falta de preparação gradativa para a saída, pelas dificuldades de articulação entre a rede Sistema de Garantia de Direitos, os estigmas enfrentados e a falta de incentivo nas políticas públicas destinadas à jovens egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional, que poderiam proporcionar protagonismo e condições seguras com potencial transformador para a vida desses sujeitos.



Foto: Freepik

VESTIBULAR FAPCOM



ATÉ
50%
DE BOLSA

Seja comunicador de um novo tempo.
Faça FAPCOM.

1º semestre/2022 | Inscreva-se em fapcom.edu.br



FAPCOM

**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**

A IMPORTÂNCIA DA
ESCUA QUALIFICADA
COMO METODOLOGIA
ESSENCIAL PARA O
PROTAGONISMO E A
AUTONOMIA DAS PESSOAS
ATENDIDAS NO SUAS

Por Celmar Brito de Sousa
Paulo Felix Pinheiro
Rafael Vieira Pires do Nascimento
Roberta Beatriz Cirillo Attene

Este artigo tem como objetivo provocar a reflexão profissional quanto à importância da metodologia da escuta qualificada dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e apresentar o diferencial que pode proporcionar o fomento ao protagonismo e à autonomia das pessoas atendidas por esta política. O SUAS está pautado em um modelo de gestão democrático e colaborativo com visão no indivíduo e tem a escuta qualificada como uma metodologia de suma relevância. A escuta qualificada prevê uma forma de atuação profissional que busca o conhecimento aprofundado sobre o atendido, sobre o seu território, as suas necessidades e potencialidades, de maneira a contemplá-lo em sua totalidade. O que possibilita ainda distanciar-se da tendência da coisificação do sujeito que impacta na essência da Política Nacional da Assistência Social (PNAS).

Diante de uma produção teórica insuficiente sobre a escuta qualificada no SUAS e a fim de contribuir metodologicamente com essa falta, este trabalho parte de uma visão multidisciplinar, pautada em pesquisas bibliográficas, na formação e na experiência profissional dos pesquisadores em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Comunicação e História que compuseram esta equipe de pesquisa. Assim, possibilitando uma análise ampla sobre o ser humano e sobre a atividade profissional no SUAS. Para tanto, foram analisadas as formas de materialização da escuta qualificada por meio de seus paradigmas e resultados.

Este estudo foi produzido em meio ao cenário pandêmico (Covid-19), o que denota ainda mais a relevância do tema pesquisado. Em momentos de crise é que a sociedade precisa de políticas públicas qualificadas e atentas às necessidades da população e adequadas à realidade. Esta pesquisa ressalta a relevância, no âmbito profissional, da escuta qualificada como metodologia de trabalho, denotando a necessidade de aprimoramento das pesquisas e a vivência dessa escuta como qualificação, aprimoramento e profissionalização do SUAS.



UM SERVIÇO PARA **TODOS**

Segundo o Ministério da Cidadania (MDS, 2020), o SUAS é um sistema público que organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil. Possui um modelo que permite a mobilização nas três esferas de governo para a execução e o financiamento da PNAS. Diante dos diversos aspectos históricos, econômicos, políticos, estruturais e sociais pelos quais o País passou, a Assistência Social se consolidou como política pública visando o enfrentamento das desigualdades sociais enraizadas.

Conforme a normativa NOB/SUAS (2005), a proteção social prevê a garantia de atendimento a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social, inserindo-os na rede de proteção social local. Sendo assim, o SUAS contempla o desenvolvimento humano e os seus direitos, por meio das garantias de segurança quanto à renda, ao convívio e/ou à vivência social, desenvolvimento da autonomia e sobrevivência a riscos circunstanciais.

ESCUA QUALIFICADA: **PROTAGONISMO E AUTONOMIA DO SUJEITO NO SUAS**

A etimologia do termo escutar, segundo Priberam (2020), vem do latim *auscultare*, que significa “ouvir com atenção”. Como base teórica, o trabalho está pautado no diferenciar o ouvir como “receber o som” do escutar que “[...] dá trabalho, exige concentração e esforço” (PERFONCIO, 2017). Segundo o Ministério da Cidadania (MDS, 2019), a escuta qualificada deve ser compreendida no SUAS, como um processo transversal que busca entender as necessidades e potencialidades dos usuários. A escuta qualificada tem como objetivo, compromisso e responsabilidade, por meio da leitura que contemple a realidade do atendido como um todo, considerando os aspectos socioculturais, econômicos, questões de gênero, raça, fatores psicológicos, emocionais e territoriais, ou seja, quaisquer aspectos que sejam de relevância na vida dos que são contemplados por esta política.

A etimologia da palavra protagonismo propõe o fortalecimento do personagem principal de uma narrativa (PRIBERAM, 2020). Para Farias e Varela (2016), alcançar o protagonismo social é permitir ao sujeito contemplar sua plenitude, participando ativamente dos processos de decisão, consumo e produção, a partir da mediação das práticas sociais. É por meio do protagonismo social que o sujeito se torna peça principal e fundamental da transformação de sua própria realidade.

Por meio do exercício de intermediação socioeducacional conjunta, há o desenvolvimento da autonomia, que é a capacidade de autogovernar-se, de dirigir-se por suas próprias leis ou vontade; soberania (MICHAELIS, 2020). Para Biestek (1960), o exercício da responsabilidade da autonomia é fundamental para o desenvolvimento da personalidade intelectual, social, espiritual e emocional, na livre escolha a partir do apoio social.

Freire (1996) destaca que à medida que o indivíduo passa por determinadas experiências, e estas são mediadas por profissionais qualificados, criam-se circuitos neuronais que se fortalecem e consolidam registros. Na vida cotidiana, quando o sujeito enfrentar dilemas e desafios corriqueiros e/ou complexos, terá arcabouço de vivências acumuladas suficientes para ter condições de agir autonomamente.

Com a metodologia da escuta qualificada, o profissional da Assistência Social permite que os atendidos possam falar por si, através de suas ações, aquisições materiais, sociais e socioeducativas. Um exercício permanente a partir da convivência, da criação de vínculos com o sujeito e através da postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca o sujeito a agir de maneira consciente.



I PARADIGMAS DA ESCUTA QUALIFICADA NO SUAS

Apesar de um dos principais alicerces da Assistência Social ser o modelo de gestão participativo, o que se tem percebido, na maioria das vezes, é que se vivenciam as práticas mecanizadas e burocratizadas, decorrentes de inúmeros fatores, destacando o evidente contraste entre o conceito e a materialização das orientações propostas na política.

A vivência da escuta qualificada não se reduz a fins de registros técnicos obrigatórios, mas propõe uma verdadeira amplitude do processo pautado na visão global do ser, de suas necessidades e potencialidades. Esta ação demanda tempo, confiança e construção de vínculos, para que ocorra o exercício de reconhecimento e respeito das camadas inerentes ao indivíduo.

Entretanto, por exemplo, é definida na normativa NOB/RH (PNAS), a instauração de um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) com oito profissionais para cada 5 mil famílias referenciadas. Isso resulta em uma incapacidade estrutural de atendimento à população referenciada para o equipamento e que legitima uma ação limitada e precarizada, não permitindo assim, assegurar os direitos fundamentais da população contemplada e realizar o serviço na qualidade prevista no SUAS.

Existe também a tendência das políticas sociais de negar a autonomia do sujeito quando elas reproduzem acriticamente o pensamento vigente de coisificação e ultrarresponsabilização do indivíduo pelos conflitos vividos. A Assistência Social como política pública inserida nesse contexto é constantemente compelida a não contemplar o indivíduo em sua totalidade, mas a atuar por meio de um crivo sistemático que apenas vislumbra a manutenção da produção, validando os atendimentos a dados e às informações documentais e não ao conhecimento aprofundado do ser e do cenário que o envolve. O início do processo de transformação da escuta ocorre de forma individual por parte do profissional, já que a formação educacional do País não ensina a escutar o outro na totalidade (BARROCO, 2006), necessitando de um apoio para sua realização no atendimento social que fomente o protagonismo e a autonomia do sujeito.

A incidência destes fatores é um empecilho ao desenvolvimento de uma escuta qualificada presente e ativa dentro da Assistência Social. E esse obstáculo, de uma acolhida qualificada pela escuta, se coloca como um agravamento na garantia dos direitos sociais. Tudo

isso em um período em que o mundo, e especialmente o Brasil, tem vivenciado uma pandemia é ainda mais preocupante. Conforme indicado pelo CRAS de Campinas (AcidadeOn, 2020), um dos principais municípios que sistematiza e documenta seus atendimentos, o qual registrou um aumento de 137% de procura pelo atendimento desde o começo da pandemia de COVID-19, ou seja, quando mais se precisa de escuta e acolhida, menor a possibilidade de atendimento diante das limitações da ordem vigente.

Com base nas pesquisas realizadas, diante da alta demanda de atendimentos na Assistência Social, da ausência de análises teóricas sistematizadas sobre a escuta qualificada no SUAS e dos quadros profissionais reduzidos, da tendenciosidade de coisificar os indivíduos e suas demandas, depreciando os processos sociais e culturais em que aquela população se encontra inserida, percebe-se a dificuldade da atuação profissional pautada nos aspectos fundamentais da Constituição Federal de 1988 e dos princípios e diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), PNAS (2004) e SUAS (2011).

A consideração da escuta qualificada como metodologia a ser materializada no cotidiano da prática profissional no SUAS, objetivando o desenvolvimento do indivíduo e sua realidade, permite criar caminhos e possibilidades para a concretização do protagonismo e da autonomia do sujeito, endossando o valor das particularidades, potencialidades e as necessidades da pessoa atendida. Este estudo propõe, portanto, a reflexão dos profissionais do SUAS sobre a possibilidade de ampliar a vivência da escuta qualificada, mesmo diante das limitações, considerando o valor da vivência para com o atendido, ampliando as possibilidades do sujeito frente à sua história e vida, e proporcionando a essência da Assistência Social. Sugere-se, portanto, a continuidade deste estudo, que inicia com a análise e o conhecimento teórico multidisciplinar para uma visão também da pesquisa de campo com dados do impacto da metodologia na vida dos atendidos, fatores estes não identificados em atuais pesquisas.

*As referências bibliográficas podem ser lidas no trabalho completo.

“ A vivência da escuta qualificada não se reduz a fins de registros técnicos obrigatórios, mas propõe uma verdadeira amplitude do processo pautado na visão global do ser, de suas necessidades e potencialidades. ”

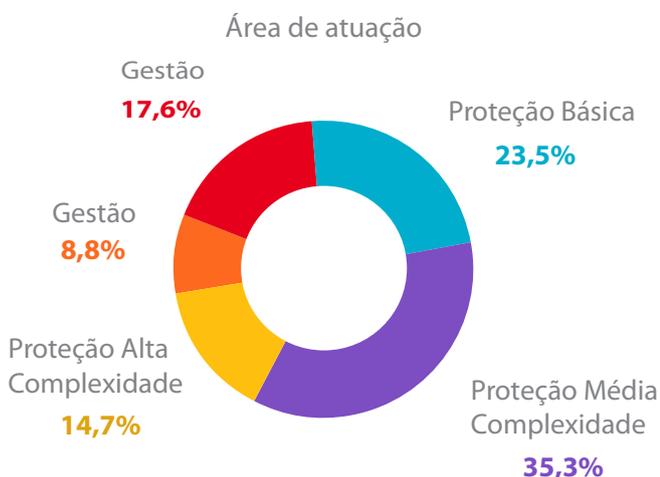
QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DO SUAS FRENTE À DEMANDA DA POPULAÇÃO **LGBTQIA+**

Por Barbara Simões da Silva
Débora Campos Doretto
Mariana Caroline da Silva Pinto

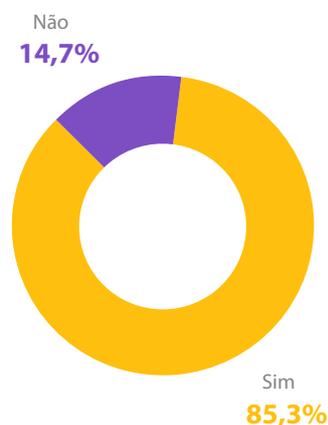


O presente trabalho é fruto de um estudo referente à população LGBTQIA+ e tem como foco o processo de qualificação e capacitação do profissional que atua junto ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os resultados obtidos reforçam a hipótese inicial de que uma formação que embasa a atuação fortalece uma conduta ética e inclusiva. As violações aos direitos afetam todos os aspectos da vida social do sujeito que destoa da heteronormatividade. Sua permanência na escola é desencorajada por agressões institucionais e seu acesso ao mercado de trabalho é reservado a determinadas profissões informais. A saúde torna-se um mecanismo de controle e seu acesso à cidade é criminalizado. Tendo suas existências barradas nesses espaços de convivência comunitária, tornam-se frágeis os vínculos e mais suscetíveis às adversidades. Este estudo possui caráter exploratório, descritivo e bibliográfico. Para a realização da pesquisa de campo, foi elaborado um questionário on-line semi-estruturado. A coleta de dados se deu através da distribuição de link para preenchimento do formulário eletrônico, obtendo adesão espontânea de 35 pessoas de diferentes municípios e estados.



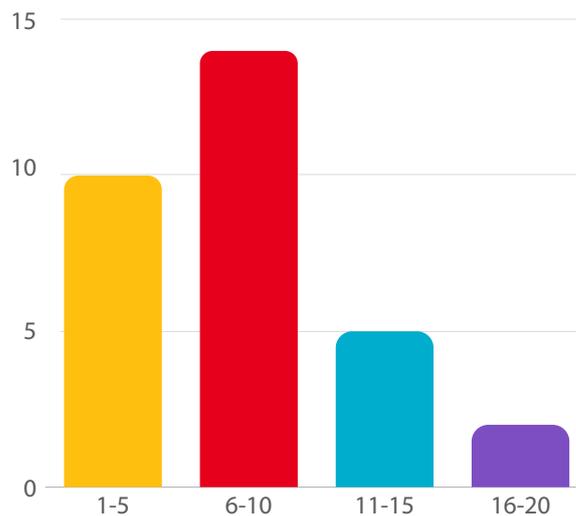
Este artigo está fundamentado em uma pesquisa on-line, aplicada via formulário, direcionada a profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os resultados foram divididos em três eixos: Perfil, Formação e Capacitação Profissional e Desafios da Atuação. Dos entrevistados, a maioria atua na Política de Assistência Social, sendo: 23,5% na Proteção Básica, 35,3% na Proteção Especial de Média Complexidade e 14,7% na Proteção Especial de Alta Complexidade. A porcentagem dos que atuam no SUAS é de 85,3%.

Atua no SUAS?



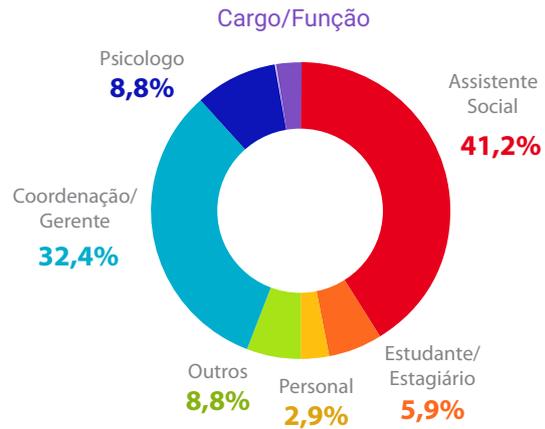
Também podemos constatar que há uma variação de período de atuação no SUAS, onde a maior parcela declarou atuar entre 6 e 10 anos, o que caracteriza profissionais com maior grau de experiência.

Há quanto tempo (anos)

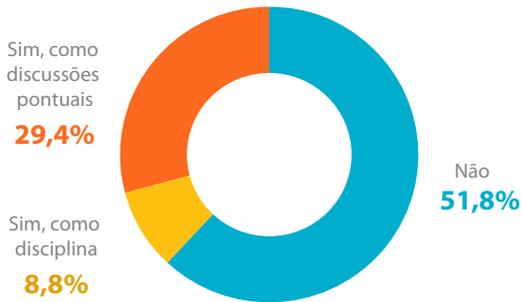


EIXO II: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

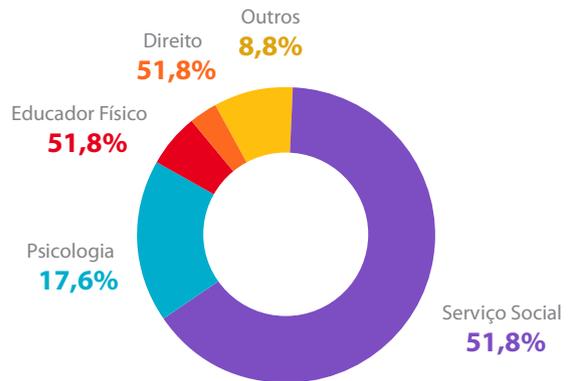
Esta pesquisa abordou profissionais dos diferentes níveis de atuação para compreender o processo de formação e qualificação profissional.



No seu processo de formação a discussão de gênero foi pauta da grade curricular?

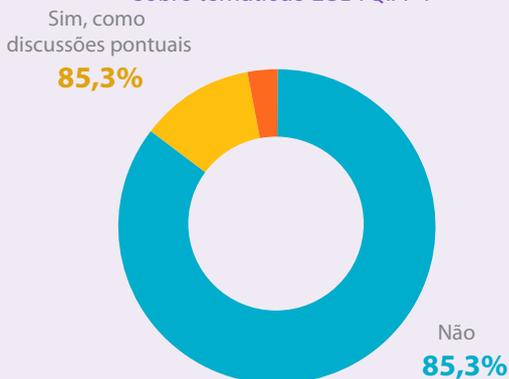


Formação acadêmica



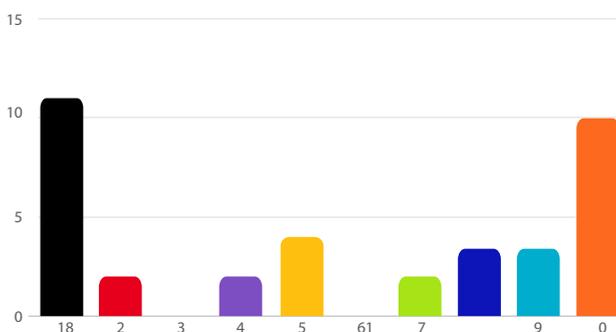
Como podemos observar no gráfico acima – apenas 8.8% tiveram a discussão de gênero como uma disciplina na grade curricular do processo de formação superior. Em um segundo momento os entrevistados foram questionados sobre o processo de qualificação profissional após inserção dos equipamentos da Política de Assistência Social, conforme segue:

Ao ingressar no atual local de atuação, foram oferecidas formações sobre temáticas LGBTQIA+?

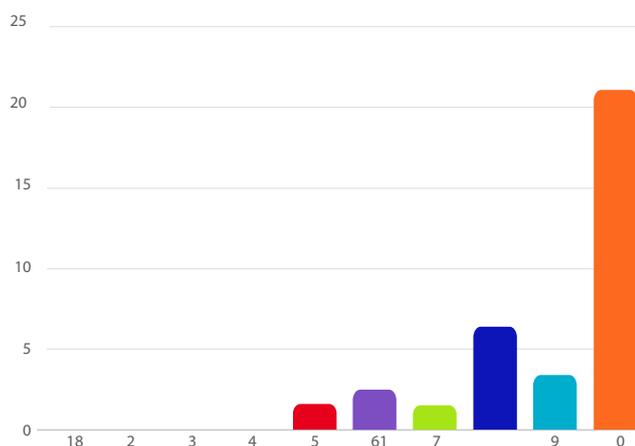


Os entrevistados que já passaram por processo formativo foram abordados em relação a esse impacto frente à atuação profissional, considerando a escala de 0 a 10. Diante da ausência dessas discussões:

Se teve acesso a esse tipo de conteúdo, sente que impactou positivamenteem sua atuação profissional?



Quanto você tem interesse em participar em formações sobre essa temática?



A partir desses dados, os maiores desafios elencados são:

- a) Necessidade de capacitação profissional;
- b) Aprofundamento na temática;
- c) Falta de informação.



EIXO III: DESAFIOS DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A diversidade da sexualidade e do gênero provoca uma quebra de paradigmas sociais. Os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atuam com as mais variadas expressões da questão social, estão aptos a abrir mão de seus próprios preconceitos? A Política Nacional de Assistência Social traz em seu texto uma referência específica para o atendimento a esta população:

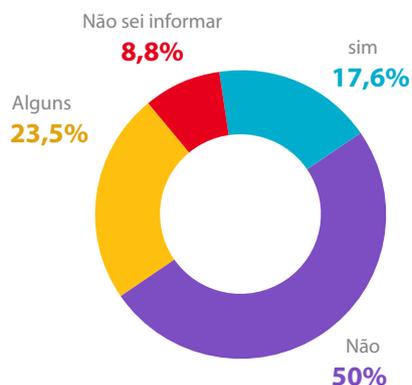
Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27, Grifo nosso).

As dificuldades são variadas, e se materializam através da invisibilidade dos dados, falta de ações assertivas, espaço físico adequado, fluxos de atendimentos estabelecidos e fortalecimento da rede de serviços. Podemos ver alguns destes pontos destacados pelos participantes da pesquisa:

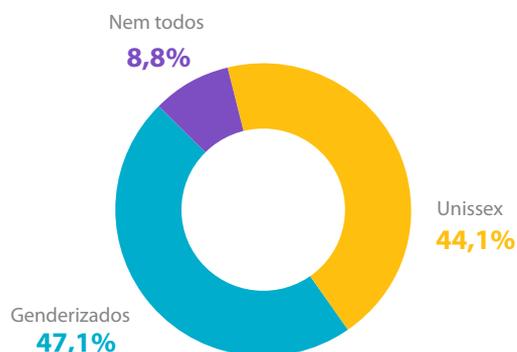
- Não ter uma Rede para Atendimento especializado da demanda. (E12 - Assistente Social, 40 anos.).
- Espaço físico que de fato se sinta confortável e acolhido (a). (E23 - Assistente Social, 42 anos.).
- Profissionais principalmente na saúde e educação que acolham as demandas. Bem com a inserção no mercado de trabalho (E24 - Assistente Social, 42 anos.).
- Acessibilidade, respeito, políticas públicas de proteção (E15 - Assistente Social, 43 anos)
- Poucos lugares para encaminhamento; muito preconceito da sociedade. (E29 - Assistente Social, 37 anos.).
- Empregabilidade; Inclusão social. (E34 - Assistente Social, 27 anos.).

Outro problema identificado foi a elaboração dos formulários de atendimentos, pois não englobam a diversidade sexual e não garantem o uso do nome social. Outro quesito abordado na pesquisa foi sobre os banheiros dos locais de atuação. Indagamos se os banheiros são genderizados (separados por gênero) ou unissex. Verificou-se que somente em locais de baixo atendimento ao público têm banheiros unissex.

Os Instrumentos de registro do seu local de trabalho, são construídos e preenchidos para abranger as diferentes identidades de gênero dos atendidos?



Os banheiros do local são genderizados (por gênero) ou unissex?



Frente aos desafios identificados, faz-se importante destacar a Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT e o Conselho Nacional de Assistência Social–CNAS nº 1, de 21 de setembro de 2018, que estabelece parâmetros visando a qualificação do atendimento para a população LGBTQIA +.

Art. 1º A rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS deve atuar de forma articulada para a promoção de atendimento qualificado ampliando acesso aos serviços e programas socioassistenciais para a população LGBT.

Art. 2º A rede socioassistencial deverá garantir no âmbito de todos os níveis de proteção social o reconhecimento e a adoção do nome social mediante solicitação da/do interessado/a.

Art. 3º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis.

Art. 4º A rede socioassistencial deve garantir o uso de banheiros, vestiários, alojamentos e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada usuário/o.

O SUAS, por sua vez, lançou a Campanha “SUAS sem transfobia”, que se tornou referência para a luta e a busca das garantias de direitos.

O Trabalho Social com Famílias no SUAS visa à prevenção e atendimento de situações de violência e violações de direitos. É imprescindível que as unidades do SUAS enquanto garantidores de direitos respeitem as identidades de gênero e a orientação sexual das/os suas/seus usuárias/os, proporcionando a liberdade e individualidade no uso dos espaços, incorporando modos de tratamento e especificidades no acompanhamento socioassistencial, fortalecendo a autonomia e cidadania desta população. (BRASIL, 2018 – SUAS Sem Transfobia).

A busca pela compreensão da realidade da população LGBTQIA + deve ser contínua para que haja sucesso em ações de enfrentamento a violência e garantia de direitos. Este estudo possibilitou maior aproximação com o serviço oferecido à população LGBTQIA + e os desafios para um atendimento de qualidade e livre de preconceitos. Para que o profissional que está à frente da demanda realize o atendimento e os encaminhamentos necessários deve-se conhecer a rede de serviços, programas e projetos disponíveis. Além disso, é importante ter proximidade com o tema, garantindo assim um atendimento acolhedor. Ressaltamos a importância de mecanismos de estudos e capacitação sobre as temáticas relacionadas às minorias. O processo de capacitação profissional não garante apenas a qualificação profissional como preconiza a Política Nacional de Educação Permanente. Através do aprimoramento no acompanhamento e elaboração de estratégias assertivas, pode haver contribuição ativa para o rompimento dos ciclos de violência. Esse processo traz como elemento indissociável a participação popular, onde os assistidos são protagonistas dessa construção. Depois de colocadas em prática, são necessários mecanismos de monitoramento e avaliação que possam comprovar sua eficácia. Esse processo é um comprometimento com a elaboração de uma práxis verdadeiramente humana, honrando assim, o compromisso ético assumido pelos profissionais do SUAS.

*As referências bibliográficas podem ser lidas no trabalho completo.



QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

GESTÃO TERRITORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **LIMITES E POSSIBILIDADES**

Por Amanda Aparecida Costa
Ana Maria Pereira De Brito
Celina Mara Araújo Maranhão
Elaine Contão Yamane
Ricardo Kaiserlian De Figueiredo
Silmara Aparecida Alves Souza Da Silva

UM SERVIÇO PARA **TODOS**

Esta pesquisa tem como proposta, a partir da perspectiva da Política Nacional de Assistência Social, abordar e dialogar sobre a gestão territorial no SUAS - Sistema Único de Assistência Social no que concerne aos desafios e possibilidades da articulação territorial em diferentes categorias de ação. Com o objetivo de buscar elementos empíricos para a análise e para qualificar as reflexões teóricas, optamos por elaborar um questionário por meio de formulário on-line para ser respondido por profissionais que atuam na gestão de serviços da Proteção Social Básica.

A partir dos dados da pesquisa, identificamos que os desafios apresentados pelos participantes são consequências da não priorização da gestão territorial nas atividades de atuação do CRAS's – Centros de Referência de Assistência Social. Inicialmente o artigo discute as categorias de território, redes e gestão territorial no SUAS. Em seguida apresenta a metodologia da pesquisa de campo realizada por meio de formulário on-line e análise dos dados coletados. A conclusão pontua algumas propostas para efetivar a promoção da gestão territorial no SUAS, à luz das respostas coletadas. O objetivo deste trabalho é contribuir para que a Gestão Territorial seja compreendida como essencial para a consolidação e para o fortalecimento do SUAS, e para a promoção dos direitos sociais.

COMPREENDENDO O SIGNIFICADO DE **TERRITÓRIO**

A categoria território é alvo de discussão pelos estudiosos da área da geografia, área da ciência que estuda o espaço geográfico e a relação entre a sociedade e o meio. Na década de 90, o geógrafo Milton Santos apresentou um novo entendimento sobre a temática: "É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social" (SANTOS, 2005, p. 255). O autor define o "território usado" como espaço humano, isto é, espaço habitado que pressupõe objetos e ações.

[...] o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p. 22).

As territorialidades manifestam as relações, interações e intervenções dos sujeitos sociais no seu "pedaço de chão", podem se apresentar de forma diversa e contraditória, traduzida através da apropriação daquele espaço (ARREGUI; KOGA; DINIZ, 2018).

A forma de atuação e estruturação das políticas sociais no Brasil segmentam a realidade social, marcadas pela seleção de públicos-alvo (KOGA, 2013). Essa forma de atendimento gera o desmembramento das famílias e populações pelas políticas sociais, o que implica estar cada vez mais distantes da efetivação da cidadania e da proteção social integral. É indispensável compreender os contextos e as condições objetivas dos territórios para ultrapassar o reducionismo do olhar individual ou familiar na promoção das políticas sociais (KOGA, 2013).

Um dos documentos regentes da PNAS traz em seu escopo a necessidade de agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso (PNAS, 2005). Ou seja, a própria Política Nacional de Assistência Social entende que para a efetivação dessa política pública é necessário o conhecimento do território que está em movimento. Ele não é estático, ele é dinâmico, ele transforma e pode ser transformado.



CONCEITOS DE REDES

Entende-se por rede uma teia de sentidos em variadas direções. Poderia relacionar a rede como a articulação de ações, que de forma isolada e fragmentada se mantém enfraquecida e inoperante. Porém, a rede passa a ter um sentido próprio quando configurada ao conjunto de ações integradas e continuadas.

REDE INTERSETORIAL

A intersectorialidade continua sendo um desafio e caberá a gestão descentralizada, de caráter público, gerir ações intersectoriais na efetivação das políticas públicas e da promoção dos direitos sociais.

Materializa-se mediante a criação de espaços de comunicação, de compreensão sobre o território, escuta, comprometimento e ações concretas que visem a melhoria da qualidade de vida da população. Sposati (2009, p. 45) destaca que “deve ser, então, construída uma relação de complementariedade entre as políticas”.

REDE SOCIOASSISTENCIAL

A rede socioassistencial está tecida no âmbito da proteção social básica e da proteção social especial no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, sendo concretizada pela implantação de unidade pública estatal descentralizada (CRAS e CREAS) em parceria com as Organizações da Sociedade Civil presentes nos territórios.

Essa efetivação requer um processo contínuo de trocas/formação dos atores envolvidos, sendo necessário evidenciar protagonistas no decorrer de todo o processo a ser construído.

REDE POPULAR

A rede popular cria relações entre pontos mediante ligações entre eles que formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação acontecem as trocas, comunicam pensamentos, experiências e recursos, aproximam suas realidades locais e distantes.

Com ações contínuas de articulação territorial com a rede popular, socioassistencial e intersectorial é possível integrar os diferentes atores na identificação de estratégias sincronizadas na gestão territorial. Para isso é importante analisar as vulnerabilidades sociais existentes, os fenômenos contextuais e compreender a especificidade do público local.

GESTÃO TERRITORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A gestão do território deverá ser realizada pelo coordenador de CRAS juntamente com a equipe técnica, e prevê a atuação preventiva a partir da oferta do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, e a Gestão Territorial da Rede Socioassistencial.

A PNAS prevê a Vigilância Social: “refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida”. (BRASIL, 2005, p. 39-40).

Nesta perspectiva, a Assistência Social passa a ser pensada e definida a partir de um território com suas hierarquias, relações, redes, proteções e desproteções.





ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Um dos principais aspectos positivos da gestão territorial, está no “entendimento das redes sobre os serviços do CRAS e das OSCs” presentes nesse território, que possibilitam uma intervenção pautada na descentralização e participação social na construção e execução do SUAS. Além disso, da importância da “construção coletiva com os atores das redes socioassistencial, intersetorial e popular”.

Quanto às dificuldades para implementação da gestão territorial, 76% das respostas apresentam a “sobrecarga de trabalho da equipe técnica e a redução de equipes nos serviços”. Identificamos a necessidade de superarmos a lógica da resolução dos problemas e nos situarmos numa perspectiva preventiva e empoderadora ao colocar no centro de nossa atenção a mudança na qualidade dos relacionamentos sociais.

A grande maioria dos profissionais sentem-se de forma “quase, pouco ou eventualmente” preparados com o que desempenham na gestão territorial no SUAS, sinalizando a necessidade de capacitação e treinamentos com a supervisão técnica.

Estes elementos nos permitem concluir que já existe por parte dos profissionais que responderam esta pesquisa uma ideia, referência e até iniciativas que contemplam o trabalho de gestão territorial no SUAS, apesar de reconhecerem a importância da educação permanente em relação ao tema. O que falta é a maior efetividade deste trabalho pela Gestão da Assistência Social dos municípios, dando maior suporte técnico, físico e estrutural, para viabilizar a consolidação do SUAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretende mostrar em todo esse percurso é que a análise dos dados demonstrou que o tema da Gestão Territorial no SUAS é relevante e urgente. Com isto, pode-se identificar alguns dos desafios enfrentados pelos Coordenadores para a execução da gestão territorial. Observou-se que as equipes estão sendo engolidas pelas burocracias cotidianas e sobrecargas de trabalho, e demandas de outras políticas que atravessam a rotina de trabalho. Como no caso do excesso de entregas de cestas básicas, na contramão da execução do PAIF.

Vale ressaltar que ao Coordenador de CRAS compete desencadear a Gestão Territorial com apoio da equipe técnica. Na realidade muitos deles aprendem no dia a dia como realizá-la, tendo pouco ou nenhum aparato técnico de formação e supervisão para essa tarefa tão importante e indispensável. Apesar da prerrogativa do SUAS, os profissionais não se sentem preparados para atuar na gestão territorial com efetividade. Neste contexto, avaliamos que é de extrema importância que os municípios avancem na implementação integral da Vigilância Socioassistencial, construindo protocolos e fluxos, formalizando e desenvolvendo a gestão territorial como estratégia de intervenção para garantia da autonomia e protagonismo.

Ao se observar as respostas obtidas na pesquisa, percebe-se que falta maior comprometimento por parte da Gestão da Assistência Social dos municípios, para qualificar a oferta, dando maior suporte técnico, físico e estrutural para a efetividade do trabalho. Concluímos que apenas estar no território, não garante ao CRAS as condições para que a população seja alcançada na sua integralidade pela Política Municipal de Assistência Social.

*As referências bibliográficas podem ser lidas no trabalho completo.

ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS



Os Programas de Assessoramento da PAULUS têm por finalidade construir coletivamente, a partir do conhecimento acumulado no âmbito da política de Assistência Social, soluções contextualizadas para as demandas das organizações sociais. Essa geração de oportunidades se realiza pelo investimento no usuário, o aperfeiçoamento profissional, a promoção, formação, produção e disseminação de conhecimentos.

Este serviço consolida a PAULUS como entidade de Assessoramento, cruzando todo o país com ações dirigidas ao público da Assistência Social, voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, assim como a formação e capacitação de lideranças. Os cursos, pesquisas e publicações são oferecidos gratuitamente.

A partir da atuação em rede com outras grandes organizações da Assistência Social, a PAULUS desenvolve ações com ênfase nas cinco regiões do país e está estruturado para dialogar e construir coletivamente as soluções para as principais demandas da política de Assistência Social no Brasil.



Assistência Social PAULUS
(11) 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

paulus.com.br

**PAULUS**